

**VIDA MATERIAL E CONSCIÊNCIA DA DIFERENÇA
ENTRE COLONOS E REINÓIS NA HISTÓRIA DO BRASIL
DE FREI VICENTE DO SALVADOR**

Milena Fernandes de Oliveira
UNICAMP

“E Thomé de Sousa (...) vendo que [os degradados] não eram como o pêssigo, ‘o pomo que da pátria persa veio, melhor tornado no terreno alheio’, que pediu com muita instancia por muitas vezes a el-rei que lhe desse licença pêra se tornar ao reino.

Contudo (...) disse quando lhe veio a licença:

‘Vedes isso meirinho? Verdade é que eu o desejava muito, e me crescia a água na boca quando cuidava em ir para Portugal; mas não sei o que é que agora se me seca a boca de tal modo que quero cuspir e não posso’.”

(Frei Vicente do Salvador. História do Brasil.)

Em A ideologia alemã, Karl Marx aponta para três espécies de relações entre os homens: as relações entre o homem e a natureza, as relações dos homens entre si e as relações entre as nações, o que pressupõe um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e uma divisão internacional do trabalho.

“É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. *Não é a*

*consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.*¹

Não pretendemos entrar nas diversas polêmicas que giram em torno do materialismo histórico, mas tão somente utilizar o trecho como ponto de partida para nossa discussão em razão de uma certa coincidência entre o estudo empreendido e a forma como Marx vê a produção da consciência. Na verdade, o nosso ponto de partida foi a História, o documento, e não a teoria. Procuramos utilizar esta somente como instrumento no auxílio à tarefa de reconstituição histórica.

No afã de conhecer mais intimamente o caráter do brasileiro, que Mário de Andrade afirma categoricamente não existir,² e devido à impossibilidade em se fazer um trabalho exaustivo e ainda correndo risco de cometer anacronismo, optamos por estabelecer não somente uma reconstituição histórica, mas também lógica. Inspirados no método que Foucault expõe em Arqueologia do Saber,³ que se baseia na busca das condições de possibilidade para a formação do conhecimento científico, tentamos transportar essa mesma idéia para a formação da identidade nacional. Nesse caso, as condições de possibilidade não seriam de natureza científica, como são as do saber filosófico, mas de natureza sentimental, sensacional. Por analogia, antes de se saber o que se é, tem-se de saber o que se não é, ou seja, antes de se fazer parte de uma identidade positiva, faz-se parte de uma identidade negativa, que se baseia na consciência de diferença em relação ao outro. Antes que os indivíduos se percebam parte de uma mesma totalidade, eles começam a se sentir excluídos de uma outra da

¹Karl Marx. A Ideologia Alemã. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 10. É importante ressaltar que por consciência Marx entende toda e qualquer abstração intelectual, algo que distingue os homens dos animais e que é reavivado pelas relações de produção que os homens estabelecem entre si.

² “Os franceses têm caráter e assim os jorubas e os mexicanos. Seja porque civilização própria, perigo iminente, ou consciência de séculos tenham auxiliado, o certo é que esses uns têm caráter. Brasileiro não. Está que nem o rapaz de vinte anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas ainda não é tempo de afirmar coisa nenhuma. (...) Pois quando matutava nessas coisas topei com Macunaíma no alemão de Koch-Grünberg. E Macunaíma é um herói surpreendentemente sem caráter”. (Prefácio Mário de Andrade à Macunaíma, não publicado na edição de 1928. Está publicado integralmente em livro de Heloísa Buarque de Holanda, baseado em sua tese de mestrado, Heróis de nossa gente. Heloísa Buarque de Holanda. Macunaíma: da literatura ao cinema. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978).

³ Michel Foucault. Arqueologia do saber. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Petrópolis, Vozes; Lisboa, Centro do livro brasileiro, 1972.

qual ainda fazem parte.⁴ Isso não significa o rompimento com uma dada identidade, mas tão somente a percepção e mais do que isso, a conscientização de que existem algumas condições e situações que o tornam diferente do outro. Foi isso o que aconteceu com o português durante as guerras de Reconquista. A identidade negativa se baseava no ódio ao espanhol e ao mouro e na consciência de que não pertenciam a nenhum desses grupos embora ainda não houvesse um laço definido que os envolvesse em um grupo coeso por si só.⁵ Assim também foi o que aconteceu com o português que se mudou para a colônia e começou a perceber-se diferente do português do Reino. Este colono, antes puro explorador da terra, foi-se deixando envolver-se por ela e nessa íntima relação telúrica, bem como a que começou a existir entre ele e outros homens da terra, foi-se produzindo a consciência de que se tornava diferente daquele que habitava a metrópole, embora, é claro, nem por um instante tenha deixado de ser português. Um dos textos mais ilustrativos a esse respeito é a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador. Isso porque o autor ultrapassa a mera percepção, a pura constatação para atingir os níveis de consciência, de capacidade em estabelecer relações de causalidade entre as diversas partes que compõem o sistema no qual é um dos agentes sociais. Até então, as percepções de diferença tinham se restringido às relações entre homem e natureza e dos homens entre si. Mesmo os Diálogos das Grandezas do Brasil⁶, que talvez seja o primeiro documento a mostrar uma certa consciência da diferença entre colonos e reinóis,⁷ não atinge um terceiro nível, que é o das relações entre metrópole e colônia. É principalmente neste nível que as diferenças começam a ser engendradas.

⁴ Nossa noção de identidade está baseada no conceito de comunidade imaginada de Benedict Anderson. "In an anthropological spirit, then, I propose the following definition of nation: it is an imagined political community (...) It is *imagined* because the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion.(...) it is imagined as a *community*, because regardless of the actual inequality and exploitation that may prevail in each, the nation is always conceived as a deep, horizontal comradeship. Ultimately it is this fraternity that makes it possible". (Benedict Anderson, Imagined Communities: reflection on the origin and spread of nationalism, 2nd ed. London; New York, Verso, 1991, p. 5-7).

⁵ "O ódio ao espanhol, já assinalamos como fator psicológico de diferenciação política de Portugal. Mas nem esse ódio nem o fundamental, ao mouro, separaram o português das duas grandes culturas, uma materna, outra, por assim dizer, paterna da sua. A hispânica e a berbere. Contra elas formou-se politicamente Portugal, mas dentro de sua influência é que se formou o caráter português". (Gilberto Freyre, Casa-grande & senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 28a ed. Rio de Janeiro, Record, 1996, p. 242).

⁶ Diálogos das Grandezas do Brasil. Ed. Ampliada e revista por Capistrano de Abreu. Salvador, Progresso, 1956.

⁷ "O ser ainda reinol e vindo de pouco a esta terra me faz ignorar em muitas coisas que aos antigos nela são patentes, e por isso não vos maravilheis se vos perguntar algumas já muito notórias (...)". Diálogos..., op. Cit, p. 56.

São, portanto, três os níveis nos quais a consciência da diferença se foca: a natureza, os homens e as partes do sistema, metrópole e colônia, embora não expressos nestes termos. Pensando dinamicamente, estes níveis se expressam por meio de relações de uns com os outros e tais relações são as determinantes da consciência de diferença. Daí nossa referência a Karl Marx: a consciência é produzida pelas relações que os homens estabelecem entre si, pelas que estabelecem com a natureza e ainda, as relações entre as nações. O movimento dessa consciência de diferença é da natureza para os homens. Primeiro se percebe uma natureza diferente – aliás, o que antes nem sequer se percebia, era mera reprodução da Europa, como tão bem expressa Todorov na figura de Colombo - para depois se perceber que os homens também são diferentes. No primeiro estágio da percepção dos homens, estes ainda possuem as mesmas características que a natureza, como o viço, a abundância, a saúde. Somente depois é que as diferenças passam a ser produzidas socialmente e alguns novos valores, como a negligência, a preguiça, a ostentação, já começam a ser apontados. Não diria Brandônio:

*“Porque se me comunica também o mal da negligência dos naturais da terra (...) porque a gente da terra se contenta somente com aquilo que os passados deixaram em uso, sem quererem anadir outras novidades de novo, ainda que entendam claramente que se lhes há de conseguir do uso delas muita utilidade, de maneira que se vem a mostrar nisto serem todos padraos do Brasil, com lhes ser ele madre, assás benigna”.*⁸

Há que ressaltar que não estamos falando aqui nem de percepção, nem de diversidade, mas de consciência de diferença. Não significa somente a aquisição de um conhecimento por meio dos sentidos, do ouvir, do ver, do tocar. No caso simplesmente da percepção, a diferença pode existir, mas continuar no nível do subconsciente; realidade existente, porém insignificante para o observador. A consciência vai além porque incorpora esse conhecimento como um valor desse observador. No caso da dicotomia *diversidade/diferença*, a primeira indica *nuanças dentro de uma mesma unidade*. Já a segunda implica em *unidades diferentes*. No entanto, é praticamente

⁸ Idem, p. 99/100.

impossível estabelecer isso numa linha do tempo. Não se pode falar que depois da percepção da diversidade, vem a percepção da diferença, à qual se segue uma consciência da diversidade e por fim, uma consciência da diferença. Todas elas convivem num mesmo espaço a um só tempo. Dentro do Antigo Sistema Colonial,⁹ a diversidade convive ao lado da diferença. Na verdade, se a consciência da diferença nasce porque notifica-se e procura-se explicar a fragmentação de uma dada unidade, essa diferença se transforma em uma nova diversidade na medida em que as unidades antes apartadas se fundem em um todo maior e mais significativo. Isso é exemplar na passagem de Brandônio para Frei Vicente. Brandônio percebe a diferença entre os homens, oriunda da vivência entre espaços diferentes, mas não percebe que parte dessa diferença é criada e recriada pela condição subordinada da colônia à metrópole, ou seja, que os dois espaços pertencem a um só sistema, o que Frei Vicente já percebe.¹⁰ Assim, a diversidade ao se cindir criou a diferença, a qual se funde a uma outra, compondo uma unidade em outros termos.

⁹ “Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo, interagem reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo um termo da tradição, *Antigo Regime*. São no conjunto processos correlatos e interdependentes, produtos todos das tensões sociais geradas na desintegração do feudalismo em curso, para a constituição do modo de produção capitalista. (...) É nesse contexto e inseparavelmente dele que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação das colônias do Novo Mundo. A *colonização* européia moderna aparece, assim, em primeiro lugar como *um desdobramento da expansão puramente comercial* (...) Se combinarmos (...) esta formulação – o caráter comercial dos empreendimentos coloniais da Época Moderna – com as considerações anteriormente feitas sobre o Antigo Regime – etapa intermediária entre a desintegração do feudalismo e a constituição do capitalismo industrial – a idéia de um “sentido” da colonização atingirá seu pleno desenvolvimento”. (Fernando A. Novais Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), 6ª edição. São Paulo, HUCITEC, 1995, p. 66-68). Optamos pela abordagem do Antigo Sistema Colonial porque acreditamos que a sua estrutura é a que melhor se adapta aos nossos desígnios em estudar as primeiras manifestações de consciência de diferença entre colono e reinol. Outras abordagens do Antigo Regime, como a que valoriza não somente a relação da metrópole e sua colônia, como a relação das colônias entre si, também já foram feitas. A esse respeito, vide O Antigo Regime nos Trópicos- A dinâmica imperial portuguesa (sécs. XVI- XVII). Org. por João Fragoso, Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouveia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

¹⁰ Não queremos dizer que Frei Vicente tem uma noção de antigo sistema colonial porque se assim fizéssemos estaríamos cometendo anacronismo e impondo os fatos à camisa de força de uma teoria. O que podemos fazer é o oposto: ver como alguns conceitos que utilizamos aparecem lá de uma outra forma. A mesma intenção tem Fernando Novais ao refletir a respeito de como a ‘externalidade da acumulação primitiva de capital comercial autônomo’ aparece em Frei Vicente: “(...) quanto a Frei Vicente, dizia, na terceira década do século XVII simplesmente: ‘tudo querem para lá’. É claro que essa frase, límpida e direta, contém todo o conceito longamente elaborado. Mais ainda: liga este fundamento geral com os comportamentos, as práticas, esse ‘modo’ com que ‘se hão’ os colonizadores; e não só os reinóis, como também os nativos”. (Fernando A. Novais. “Condições de privacidade na colônia”. Introdução à Cotidiano e vida privada na América portuguesa, org. por Laura de Melo e Souza. Vol. I de História da Vida Privada no Brasil. Coleção org. por Fernando Antônio Novais. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, p. 32).

Sobre Frei Vicente do Salvador pouco se sabe. As fontes que dele tratam são: sua própria História do Brasil escrita em 1627, o Novo Orbe Seráfico Brasílico¹¹ e o catálogo genealógico de Jaboaão.¹² Este diz que provavelmente nasceu em 29 de janeiro de 1567 na sé da cidade de Salvador. Seu pai, João Rodrigues Palha, era fidalgo vindo com uma expedição para as terras brasílicas organizada pelo amigo Luis de Mello Silva. De três naus e duas caravelas que partiram, só uma se salvou. E em uma destas estava João Rodrigues Palha. O Naufrágio ocorreu no dia 11 de novembro de 1554.

Provavelmente foi iniciado nas letras por algum capelão de engenho, continuando os estudos na cidade de Salvador, onde nosso autor tomou um maior contato com a vida urbana na colônia. Foi instruído pelos padres da Companhia de Jesus. Muito de sua instrução nas letras e de seu estilo deve-se ao chantre Manuel Severim de Faria, um erudito que conheceu quando retornou à Évora. É inclusive Severim de Faria que incita o frei à história. E para isso põe à disposição deste sua seleta biblioteca. Frei Vicente do Salvador voltou ainda uma vez ao Brasil, onde ficou pouco tempo. Ao retornar a Portugal, seu navio foi aprisionado pelos holandeses, de quem ficou refém até 1627. Após a Reconquista da Bahia, termina de escrever sua História em 27 de dezembro de 1627, dedicando-a a Severim de Faria.

Sua obra é de um valor extraordinário, que nos oferece minúcias sobre o cotidiano colonial. É sua fina percepção da sociedade colonial que capacita Frei Vicente do Salvador não somente constatar a diferença entre colonos e reinóis, como conhecer a natureza de tal diferença. Percebe que a sociedade colonial tem uma organização específica, completamente diferente da sociedade metropolitana e as diferenças entre colonos e reinóis advêm dessa forma específica de organização. Essa peculiar maneira de se organizar fica clara no trecho a seguir, em que fala sobre uma observação de um bispo recém-chegado à terra:

¹¹ Antonio de Santa Maria Jaboaão. Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos frades menores da Província do Brasil (1761). Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.

¹² Impresso pelo Instituto Histórico, Revista Trimestral, **52**, 1. Também Frei Venâncio Willeke apresenta a biografia de Frei Vicente do Salvador por meio da história das as gestões individuais da ordem de São Francisco na Bahia. Frei Venâncio Willeke. Livro dos guardiães do convento de São Francisco na Bahia (1587-1862). Rio de Janeiro, Instituto Pastrim de História Nacional, 1978. Tem-se também um artigo saído na RIHGB: “Frei Vicente do Salvador: Pai da História do Brasil”, RIHGB, v. 227 (1967), p. 99.

“Notava as cousas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas cousas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: *verdadeiramente que nesta terra andam as cousas trocadas, porque toda ela não é republica, sendo-o cada casa*”.¹³

O curioso é que as esferas não somente se encontram invertidas - a inversão é a forma como sua relação se manifesta na colônia, como também se encontram imbricadas, o que é um traço do período. A continuidade entre público e privado, denota um processo de especialização de espaços que ainda não está concluído. Fernando Antônio Novais explica tal fenômeno:

“(…) a imbricação das esferas do público e do privado é uma das características marcantes da Época Moderna, do Renascimento às Luzes (...) Entre a Idade Média feudal, quando no Ocidente cristão se configura propriamente uma sociedade sagrada, e o mundo contemporâneo burguês e racionalista que se expressa na laicização do Estado, estende-se essa zona incerta e por isso mesmo fascinante, já não feudal, ainda não capitalista, não por acaso denominada de ‘transição’”.¹⁴

Frei Vicente ainda vai além da percepção do funcionamento da sociedade colonial ao perceber que existe algo “estranho” no comportamento do colono, seja natural da terra, seja nascido em Portugal:

¹³Frei Vicente do Salvador. História do Brasil (1627). 3ª edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Cia. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo/Caieiras/Rio de Janeiro, 1931, p. 17.

¹⁴ Fernando A. Novais. “Condições de privacidade na colônia”. Op. Cit, p. 15.

“E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal *e, si as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhe houveram de ensinar a dizer como os papagaios, ao quais a primeira cousa que ensinam é: papagaio real pêra Portugal, porque tudo querem para lá.* E isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída”.¹⁵

Em Frei Vicente, as diferenças entre colonos e reinóis não advêm somente da forma como os primeiros se relacionam com a natureza, a qual lhes transfere seus atributos, mas principalmente da forma como se relacionam entre si para atender aos desígnios da metrópole. Esse fato também se encontra implícito na afirmação de que os portugueses se comportam aqui como caranguejos:

“Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, *que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos*”.¹⁶

A partir do momento em que aqui se instalam, os portugueses parecem perder certas qualidades de conquistadores, tão aclamadas por Camões nos *Lusíadas*.¹⁷ Esse comodismo é uma característica geral que atinge também os governantes da terra: “Mas

¹⁵ Frei Vicente do Salvador, op. Cit., p. 15.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 19.

¹⁷ “Ouvido tinha os fados que viria
uma gente fortíssima de Espanha
Pelo mar alto, a qual a sujeitaria
Da Índia tudo quanto Dóris banha,
E com novas vitórias venceria
A fama antiga, ou sua ou fosse estranha.
Altamente lhe dói perder a glória

o que fez mal a estes senhores, depois das guerras, foi não seguirem o descobrimento das minas de ouro e prata, como determinavam. *E parece que herdavam deles esses descuidos seus sucessores*".¹⁸ À luz dos acontecimentos da época, essa analogia com caranguejos é facilmente explicável. O forte caráter centralizador do Estado Absolutista, tanto dentro de suas fronteiras geográficas, como geopolíticas (o espaço imaginário de um Estado do Ancién Regime extrapola o de suas fronteiras concretas), faz com que os núcleos de poder se instalem na costa, onde a Coroa exerce um domínio mais eficiente sobre seus domínios. Mas não somente isso. A proximidade espacial representa também, do ponto de vista dos capitães donatários e dos oficiais da Coroa, a fidelidade ao Estado português, um traço medieval que possui uma contrapartida tão medieval quanto: os títulos e honrarias. Outros fatores mais concretos ainda concorrem para a ocupação do litoral em detrimento do interior, como as duras pejeas contra as tribos nativas em que se envolveram os primeiros colonizadores.

Ao perceber que a colônia nasce a partir de certos interesses metropolitanos específicos, em especial o de acumulação de riqueza nos cofres reais, e que isso determina inclusive a forma como as instâncias se relacionam dentro da colônia, Frei Vicente alcança um nível de consciência superior ao de Brandão. Essa complementaridade entre duas partes de um mesmo sistema não o percebe Ambrósio Fernandes Brandão, o autor dos Diálogos, conforme atesta o trecho a seguir:

“ (...) porque deveis de saber que este estado do Brasil todo, em geral, se forma de cinco condições de gente, a saber: *marítima*, que trata de suas navegações,(...) *mercadores*, que trazem do reino as suas mercadorias a vender a esta terra, e comutar por açúcares, do que tiram muito proveito;(...) *oficiais mecânicos* de que há muitos no Brasil de todas as artes, os quais procuram exercitar, fazendo seu proveito nelas, sem se lembrarem por nenhum modo do bem comum. *A quarta condição de gente é de homens que servem a outros por soldada* que lhe dão, ocupando-se em encaixamento de açúcares, feitorizar canaviais

De que Nisa celebra inda a memória”. (Luís Vaz de Camões. Os Lusíadas. Comentário de Francisco Silveira Bueno. São Paulo, Saraiva, 1960, canto III, estrofe 57)

¹⁸ Frei Vicente do Salvador, op. Cit., p. 96.

de engenhos e criarem gados, com nome de vaqueiros, servirem de carreiros e acompanhar seus amos; e de semelhante gente há muita por todo este Estado, que não tem nenhum cuidado do bem geral.(...) *A quinta condição é daqueles que tratam da lavoura*, e estes tais se dividem ainda em duas espécies: uma dos que são mais ricos, têm engenhos com títulos de senhores deles, nome que lhes concede Sua Majestade em suas cartas e provisões, e os demais têm partidas de canas; a outra, cujas forças não abrangem a tanto, se ocupam em lavrar mantimentos legumes”.¹⁹

Ao classificar a população em cinco tipos, Brandônio os especifica pela ligação que os homens guardam com a terra e uma especial ligação que guardam uns em relação aos outros, que nada tem de influência metropolitana. A incipiente divisão do trabalho se limita às relações do colono com a natureza e dos colonos entre si, não envolvendo a instância das relações entre metrópole e colônia, que é a que determina as demais. Esse é o sentido da colonização.²⁰ É exatamente por não ver essa dimensão – e nem poderia porque algumas coisas só se tornam visíveis com o correr da História – que ele prega pela diversidade das atividades econômicas na terra. Brandônio dedica páginas para discursar a respeito disso. Não entende porque não se produzem outras coisas no Brasil, além do açúcar, a pimenta, por exemplo, cuja navegação para o Oriente “*tanto tem custado a Portugal*”.²¹ Para ele, isso é um defeito de caráter herdado dos seus

¹⁹ Diálogos, op. Cit., p.18.

²⁰ “Nos trópicos surgirá um tipo de sociedade inteiramente original (...) Há um ajustamento entre os tradicionais *objetivos mercantis* que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa daqueles objetivos (...) *se manterão aqui e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, deitando-lhes o destino no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional*, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico, como no social da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”. (Caio Prado Júnior. Formação do Brasil Contemporâneo. 22ª edição. São Paulo, ed. Brasiliense, 1992, p. 20).

²¹ “(...) quando a gente que houver no Brasil for mais daquela que de presente se há mister para o grangeamento dos engenhos de fazer açúcares, lavoura e mercearia, porque *então os que ficarem sem ocupação de força hão de buscar alguma de novo de que lancem mão, e por esta maneira se farão uns pescadores, outros pastores, outros hortelões e outros tecelões, e exercitarão os demais ofícios, dos que hoje não há nesta terra na quantidade que era necessária houvesse*; e como isto assim suceder, logo não haveria falta de nada, e a terra abundaria de tudo o que lhe era necessário, enxergando-se ao vivo a sua

ancestrais, “*um mal velho do nosso Portugal que não leva remédio*”.²² No entanto, não se trata somente disso, mas de uma característica estrutural do sistema colonial. Por diversos motivos. Em primeiro lugar, a navegação para as Índias, mesmo que custosa, tem um outro significado dentro desse contexto, que é o fortalecimento do poder do Estado Absolutista. Os Estados Nacionais estão se formando uns contra os outros e o período que abarca o Antigo Sistema Colonial é um período de conflitos entre os Estados em formação pela conquista da hegemonia ultramarina. Portanto, do ponto de vista político, não tem qualquer sentido abandonar a navegação para as Índias. Em segundo lugar, olhando agora pelo ponto de vista econômico, a colonização se caracteriza pela produção de um único produto, altamente lucrativo, comercializado no mercado externo. É o mercado, portanto, que dita os produtos que serão produzidos e seus preços. Nos séculos XIV e XV, o açúcar torna-se um produto altamente valioso dentro do mercado europeu, embora sua entrada na Europa date de 995 pelos portos de Veneza. Portugal faz uma primeira experiência nas Ilhas da Madeira em 1450, mas é em 1485, durante o governo de D. Manuel, que uma série de medidas são tomadas para garantir reservas de mercado na Europa e a boa qualidade do açúcar madeirense, o que mostra a forte ligação entre o Estado e os empreendimentos colonialistas.²³ Ao pregar a diversificação da colônia, Brandônio não vê esses fins específicos para os quais fôra erigida. Tanto esse “*mal velho do nosso Portugal*”, como a “*negligência dos habitantes*” têm sua natureza aí. Ao imputar dois vícios, respectivamente a reinóis e colonos, ele tem consciência da diferença, mas não percebe que tais “vícios” têm uma mesma raiz: o sistema colonial.

Também dessa mesma raiz mercantil é fruto a mudança de nome de Santa Cruz para Brasil, o que é causa de estupefação em nosso autor:

grande fertilidade e abundância, com não ter necessidade de coisa nenhuma, das que se trazem de Portugal, e quando a houvesse, fôra de poucas”. (*Diálogos ...*, p. 146)

²² Idem, p. 73. “não há homem em todo este Estado que procure nem se disponha a plantar árvores frutíferas, nem fazer as benfeitorias acerca das plantas, que se fazem em Portugal, e por conseguinte se não dispõem a fazerem criações de gados e outras; e se algum o faz, é em muito pequena quantidade, e tão pouca que a gasta toda consigo mesmo e com a sua família. E daqui nasce haver carestia e falta destas coisas, e o não vemos no Brasil quintas, pomares e jardins, tanques de água, grandes edifícios, como na nossa Espanha, não porque a terra deixe de ser disposta pára estas coisas; donde concluo que a falta é de seus moradores, que não querem usar delas”. Idem, op. Cit., p. 18.

²³ “D. Manuel (...) ordenara, em 1485, que todo o mestre de açúcar deveria ser examinado e aprovado por três homens bons, ao mesmo tempo que estipulava a obrigatoriedade de uma vistoria qualitativa ao açúcar, após a sua laboração, por oficiais competentes: os alealdadores”. (Fonte: Site do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA): <http://www.ceha-madeira.net/sugar/introd.htm>).

“Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem fundada como sabemos”.²⁴

A revolta de Frei Vicente reside no fato do interesse mercantil estar sobrepujando o da Igreja. O litígio entre secular e religioso parece ser uma característica comum do período. A religião vai sendo subjugada pelo secular em três frentes: no plano mental, o pensamento escolástico vai cedendo lugar a uma forma pré-moderna de pensar; no plano político e institucional, os Estados absolutistas em formação subordinam a Igreja como forma de reafirmar o seu poder; no plano material, o capitalismo mercantil vai criando novos valores que entram em choque com valores tradicionais. É na colônia que muitos desses conflitos, que se encontram encobertos na metrópole, chegam a se externar o que torna mais fácil sua visualização.

Na esteira de todos esses aspectos da base material que viemos tratando, está o tema da abundância, um dos temas centrais na documentação dos séculos XVI e XVII. No entanto, diferentemente de seus predecessores, a admiração de Frei Vicente pela terra, não mais parece ser um sentimento exclusivo do autor, mas de todos que aqui moram:

“Quis um pintar uma cidade mui abastecida e abastada e pintou-a com as portas cerradas e ferrolhadas, significando que tudo tinha em si, e não era necessário vir-lhe alguma de fora (...) Mas não faltou quem contrafizesse e pintasse outra com as portas

²⁴ Frei Vicente do Salvador, op. Cit., p. 15. Aliás, esse é um tema bastante corrente. Já havia sido discutido por Gândavo em História da província de Santa Cruz. Pero de Magalhães Gândavo. Tratado da Terra do Brasil, 5ª edição. História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil, (1576). 12ª edição. Ed. De Leonardo Dantas. Recife, Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1995.

abertas, e por elas entrando carretas carregadas de mantimentos, dizendo que aquela era mais abastecida e abastada (...) Conforme a isto digna é de todos os louvores a terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados, sem socorro de outras terras.”²⁵

Na direção oposta à da abundância, a falta de condições da terra faz com que surja um outro comportamento específico de seus moradores: o improviso. Foi o que sucedeu ao governador Martim de Sá no dia do outeiro: “E porque haviam ido na armada mercadores, que entre outras mercadorias levaram algumas pipas de vinho, mandou-lhes o governador que o vendessem atavernado e, pedindo eles, que lhes pusesse a canada por um preço excessivo, tirou ele o capacete da cabeça com cólera e disse que sim, mas que aquele havia de ser o quartilho. E assim foi e é, ainda hoje, por onde se afilam as medidas, donde vem serem tão grandes que a maior peroleira não leva mais que cinco quartilhos.”²⁶ Essa mesma característica do improviso aparece de uma forma mais consistente no trecho a seguir, em que não somente se trata de um feito individual, mas de uma característica geral da terra: “(...) *porque no Brasil tudo se compra fiado, e estes nestas cousas querem superabundâncias, a que os mercadores já não acudiam e era necessário fazê-los ele prover, e aviar uns e outros era infinito*”.²⁷ Aqui também se encontra uma inversão de costumes em correspondência àquela da inversão entre a esferas pública e a privada. O improviso é algo que passa a se tornar, com o tempo, um rótulo do colono, e sempre vem associado a um outro traço que o diferencia do reinol: a malícia: “(...) dizendo-lhes mais que o general era *homem do reino, fora de malicias e enganos que com eles usavam os do Brasil*, e estava muito bem informado de sua amizade antiga com os brancos, pelos quais sabia que quebrara a paz, e que, si os capitães Ataíde e Caldas foram vivos, os mandara el-rei castigar”.²⁸

Todos os temas tratados remetem de uma forma ou de outra à construção de uma base material na colônia e as tessituras sociais que esta engendra e na qual se apóia. A tomada de consciência da diferença acompanha *pari passu* o desenvolvimento material da sociedade colonial. De início, as percepções se restringem à natureza, exatamente

²⁵ Frei Vicente do Salvador, op. Cit., p. 50.

²⁶ Idem, ibidem, p. 193.

²⁷ Idem, ibidem, p. 287.

porque ainda não existe uma sociedade constituída. O objetivo é justamente o de arregimentar pessoas para constituí-la. Daí o estilo exagerado no exaltar as qualidades, breve no diminuir os impropérios, útil ao informar tudo isso. Havia de ser ainda atraente, daí a exaltação do maravilhoso, ora enchendo os olhos do leitor com pedras, safiras, moedas mil, ora atiçando a curiosidade daquele com a narração de mitos quer fossem americanos, como o das amazonas, ou de São Tomé, quer mitos apropriados da Antigüidade greco-romana, como o Eldorado, a Fonte da *Juventa*,²⁹ ou ainda mitos bíblicos, que aqui encontram seu lugar mais do que apropriado, com a natureza abundante e com os rios que indicavam a presença próxima do Paraíso terrestre.

À medida que o povoamento vai se fazendo, o conquistador se transforma em colonizador. O “colonizador” tanto significa aquele que desbrava para plantar, como aquele que edifica morada, como simplesmente aquele que explora. A mentalidade puramente exploratória dos primórdios da colonização vai cedendo lugar à mentalidade de fixação e porque não de afeição em relação à terra, como foi o caso de Tomé de Souza e D. Francisco de Souza, começa a surgir a diferenciação entre o colono e o reinol e o morador da terra já começa a ser identificado como colono e não mais como colonizador. A posição do governador Manuel Telles Barreto já é um indício dessa mudança: *“Foi este governador mui amigo e favorável aos moradores e o que mais esperas lhe concedeu para que os mercadores os não executassem nas fabricas de suas fazendas e, quando se lhe iam queixar disso, os despedia asperamente, dizendo que eles vinham destruir a terra, levando dela em três ou quatro anos que cá estavam quanto podiam e os moradores eram os que a conservavam e acrescentavam com seu trabalho e haviam conquistado á custa do seu sangue”*.³⁰ Ao contrapor as diferentes posturas que morador e mercador têm ante a terra, o autor está implicitamente contrapondo colono a reinol e diferenciando-os. Morador é aquele que não somente reside na terra, ou seja, na colônia, como a cultiva. O mercador, que é aquele que vem do reino, simplesmente se preocupa em desbastá-la. O fato de haver uma sociedade já minimamente consolidada, conforme se conclui do trecho anterior, muda radicalmente as coisas. Em Brandônio, a defesa da terra é uma defesa contra a exploração

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 292.

²⁹ Sérgio Buarque de Holanda. Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos do Descobrimento e Colonização do Brasil. 3ª edição. São Paulo, cia. Editora nacional, 1977.

³⁰ Frei Vicente do Salvador, *op. Cit.*, p. 329.

indiscriminada de seus recursos. Reclama-se a falta de moradores porque ninguém quer vir para ficar permanentemente. Em Frei Vicente, a defesa da terra é a defesa de algo construído pelo homem contra aqueles que vêm para destruir essa organização. Não se trata mais somente da defesa dos recursos naturais. O que diferencia um do outro não é como vêm a ligação entre o homem e a terra, e sim, a ligação que o homem guarda com seus semelhantes em busca de um objetivo comum: dar continuidade ao projeto de construção de uma sociedade nova nesta terra.

A escolha da epígrafe para o trabalho tenta abarcar essa idéia do projeto de uma Nova Lusitânia, projeto de dimensões econômicas, políticas, culturais e religiosas e cuja frustração abre as sendas para o nascimento o sentimento da diferença tanto do colono em relação ao reinol como deste em relação ao primeiro. Ela é significativa por dois motivos. Em primeiro lugar porque mostra a consciência que Tomé de Souza tem a respeito do “transplante” de degredados para cá. A profecia camoniana de que o pêsego, *‘o pomo que da pátria persa veio, melhor tornado no terreno alheio’*³¹ não se cumpriu. Não somente não se reproduziu o caráter português exponenciado em suas qualidades, como degradou-o. Em segundo lugar, ela é significativa porque essa consciência do diferente não é tomada somente por um observador alheio ao sistema. O próprio Tomé de Souza já dá mostras de que se identifica com as mudanças ao expor o seu profundo afeto pela terra quando recebe a carta de sua permissão para voltar a Portugal. E com Frei Vicente do Salvador, a situação não parece ser diferente: a partir de sua penetração nos veios da vida cotidiana colonial e do resultado dessa sua experiência, sua História do Brasil, descobrimos muitas explicações para algumas heranças que ainda se fazem presentes em nossa sociedade.

³¹ Idem, ibidem, p. 156.

FONTES:

FONTES EDITADAS:

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil, 5ª edição. História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil, (1576). 12ª edição. Ed. De Leonardo Dantas. Recife, Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1995.

Diálogos das Grandezas do Brasil (1618). Introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1930.

CAMÕES, Luís Vaz de. Os Lusíadas. Comentário de Francisco Silveira Bueno. São Paulo, Saraiva, 1960.

CARDIM, Fernão. Tratados da Terra e Gente do Brasil (1583). Introd. e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. 3ª edição. São Paulo, Cia. Ed. Nacional; Brasília, Instituto nacional do Livro, 1978.

SALVADOR, Fr. Vicente do. História do Brasil (1627). 5ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1965.

BIBLIOGRAFIA:

ANDERSON, Benedict, Imagined Communities: reflection on the origin and spread of nationalism. 2ª ed. London; New York, Verso, 1991

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Petrópolis, Vozes. Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos do Descobrimento e Colonização do Brasil. 3ª edição. São Paulo, cia. Editora nacional, 1977

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Macunaíma: da literatura ao cinema. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

MARX, Karl. A Ideologia Alemã. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Hucitec, 1996

MELLO, Evaldo Cabral. “A Nova Lusitana”. Capítulo terceiro de MOTA, Carlos Guilherme (org.). A viagem incompleta : a experiência brasileira (1500-2000). Vol. I. Formação: Histórias. São Paulo, ed. Senac São Paulo, 2000, 2vols.

NOVAIS, Fernando A. “Condições de privacidade na colônia”. Introdução à Cotidiano e vida privada na América portuguesa, org. por Laura de Melo e Souza. Vol. I de História da Vida Privada no Brasil. Coleção org. por Fernando Antônio Novais. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 6ª edição. São Paulo, HUCITEC, 1995.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo, Martins Fontes, 1993. NOVAIS, Fernando Antônio. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. Pref. De João Cruz Costa; org. e introdução de Carlos Guilherme Mota. 20ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, pp. 47-64.